

Matrizes epistêmicas da Psicologia Política na interface com as Políticas Públicas

Vinicius Furlán¹

Resumen

Este manuscrito resulta de un ensayo que tiene como objetivo presentar las nuevas matrices epistemológicas de la Psicología Política latinoamericana en la interfaz con las Políticas Públicas. El problema de las Políticas Públicas trata uno de los temas clásicos de la Psicología Política, que, sin embargo, en el contexto de América Latina, recibe un mayor tratamiento sistemático con la apertura a los procesos de democratización en la década de 1990. Sus matrices epistémicas en la interfaz con las Políticas Públicas se caracterizan por las matrices que marcaron el giro epistemológico del paradigma latinoamericano en Psicología Política. Con la entrada en la primera década del nuevo siglo y el avance de la segunda, otro giro epistemológico se identifica en las matrices de interfaz con las Políticas Públicas en su interior por el movimiento de incorporación de epistemologías por el movimiento de incorporación de epistemologías feministas y de género, interseccionalidad, decolonialidad y teoría de la dependencia. El interés epistemológico por articular género y sexo, raza y etnia, clase, cultura y saberes populares, ascendencia, en relación a los problemas del capitalismo dependiente dentro de la colonialidad moderna, se ajusta a una orientación política en sus bases epistémicas. Así, las matrices epistémicas que caracterizan su especificidad junto a la

¹ Possui Pós-doutorado em Estudos Culturais pela USP-SP (Brasil) e Pós-doutorado e Doutorado em Psicologia Social pela PUC-SP (Brasil). Pesquisador e Professor de "Psicologia Política da Cultura" do Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais da USP-SP; Professor da pós-graduação em Psicologia Social e Comunidades da FGE-SP e do curso de Psicologia da Fatep (Brasil). Correo: vc_furlan@hotmail.com

incorporación de estas nuevas matrices han marcado el cuerpo teórico de las bases de la Psicología Política Latinoamericana.

Palabras llave: Psicología Política Latinoamericana; Políticas públicas; Epistemología.

Resumo

Este manuscrito resulta de um ensaio que visa apresentar as novas matrizes epistemológicas da Psicologia Política Latino-Americana na interface com as Políticas Públicas. O problema das Políticas Públicas trata de um dos temas clássicos da Psicologia Política, que, entretanto, no contexto da América Latina, recebe maior tratamento sistemático com a abertura aos processos de democratização nos anos 1990. Suas matrizes epistêmicas na interface com as Políticas Públicas caracterizam-se pelas matrizes que marcaram a virada epistemológica do paradigma latino-americano em Psicologia Política. Com a entrada na primeira década do novo século e o avanço da segunda, identifica-se um outro giro epistemológico nas matrizes de interface com as Políticas Públicas em seu interior pelo movimento da incorporação das epistemologias feministas e de gênero, da interseccionalidade, da decolonialidade e da teoria da dependência. O interesse epistemológico de articular gênero e sexo, raça e etnia, classe, cultura e saber popular, ancestralidade, na relação com os problemas do capitalismo dependente no interior da colonialidade moderna, conforma-se como uma orientação política em suas bases epistêmicas. Assim, as matrizes epistêmicas que caracterizam sua especificidade ao lado da incorporação dessas novas matrizes têm marcado o corpo teórico dos fundamentos da Psicologia Política Latino Americana.

Palavras-chave: Psicologia Política Latino-Americana; Políticas Públicas; Epistemologia.

Summary

This manuscript results from an essay that aims to present the new epistemological matrices of Latin American Political Psychology in the interface with Public Policies. The problem of Public Policies deals with one of the classic themes of Political Psychology, which, however, in the context of Latin America, receives greater systematic treatment with the opening to democratization processes in the 1990s. based on the matrices that marked the epistemological turn of the Latin American paradigm in Political Psychology. With the entry into the first decade of the new century and the advance of the second, another epistemological turn is identified in the interface matrices with Public Policies in their interior by the movement of incorporation of epistemologies of feminist and gender epistemologies, intersectionality, decoloniality and dependency theory. The epistemological interest in articulating gender and sex, race and ethnicity, class, culture and popular knowledge, ancestry, in relation to the problems of dependent capitalism within modern coloniality, conforms to a political orientation in its epistemic bases. Thus, the epistemic matrices that characterize its specificity alongside the incorporation of these new matrices have marked the theoretical body of the foundations of Latin American Political Psychology.

Keywords: Latin American Political Psychology; Public policy; Epistemology.

Introdução

O problema das Políticas Públicas tem sido um tema caro à Psicologia Política Latino-Americana desde sua emergência. Na coletânea *Psicologia Política Latinoamericana* de marco inaugural de sua proposição, Montero e Martín-Baró (1987), na apresentação, demarcam a preocupação com a práxis política da Psicologia, que, dentre suas diferentes inserções, resultou também substantiva no interior das Políticas Públicas com a abertura aos processos de democratização na América Latina.



A preocupação com as problemáticas das Políticas Públicas conforma-a como um dos temas clássicos de seu campo a nível mundial, como se pode observar em seus trabalhos e tratados desde os princípios do primeiro quartel do século XX (Silva, 2012). Entretanto, no interior da Psicologia Política Latino-Americana, é com a abertura aos processos de democratização e queda das ditaduras na América Latina que se observa maior tratamento e sistematização sobre seu tema (Lara, Araguzuku & Costa, 2020; Furlan, Oliveira & Lima, 2022; Godoy-Flores, 2017).

A virada epistemológica das matrizes nortecêntricas de Psicologia Política, característica da proposição Latino-Americana, marca de meados dos anos de 1970, que resultou os contornos de sua especificidade na leitura das Políticas Públicas, cuja sistematização pode se ler em Parisí (2003; 2008).

Na entrada do século XXI, embora ainda se identifiquem as matrizes epistêmicas que marcaram a proposição de um paradigma latino-americano de Psicologia Política, é possível identificar um novo giro epistemológico que culmina no movimento de incorporação de novas matrizes de saber a partir da leitura da percepção de outros eixos de opressão, dominação e exploração interpretados pelos novos movimentos sociais.

Este manuscrito, nestes termos, resulta da leitura e identificação da incorporação das novas matrizes epistemológicas na leitura das problemáticas das Políticas Públicas no interior da Psicologia Política Latino-Americana. De antemão destaco que a tentativa de apresentação da incorporação das novas matrizes epistêmicas permanece em aberto e indicam mais caminhos de investigação que conclusões.

Política Pública como problema psicopolítico

Desde sua emergência histórica, a maioria dos autores clássicos da Psicologia Política dedicou-se, de forma exaustiva ou parcial, a refletirem sobre as questões das políticas públicas (Silva, 2012; 2016; 2017). Entretanto, um exame cauteloso de tais trabalhos extrapolaria os limites deste texto. Podemos dizer que o diálogo com as Políticas Públicas no interior da Psicologia Política emerge da interdisciplinaridade com outros saberes (Silva, 2012; Hur, Sandoval & Dantas, 2014) e apresenta em seu interior um *ethos* sociopolítico próprio de seu tempo (Parisi, 2008).

As Políticas Públicas se incorporam ao campo psicopolítico à medida que incidem sobre o *corpus* teórico, metodológico e analítico da Psicologia Política, bem como nas práticas que dela derivam. A interface entre Psicologia Política e Política Pública constitui uma axiomática dialógica no intercurso das relações de poder concretas. A dialética da relação entre *pólis* e *psique*, tão caros à Psicologia Política, insere-se na problemática das relações no campo das Políticas Públicas, relações estas que devem ser entendidas no contexto da política própria da modernidade.

O tema das Políticas Públicas tornou-se uma pauta humanitária urgente na realidade latino-americana, uma vez do avanço neoliberal e colonial incisivo no desmonte estrutural dos direitos sociais e políticos de tantos grupos e segmentos da sociedade (Furlan, Oliveira & Lima, 2022). Nestes termos, esse tema tem ocupado lugar central às preocupações da Psicologia Política Latino-Americana e pode ser identificado nas temáticas de seus simpósios, grupos e núcleos de pesquisa, produções e pesquisas de graduação, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento (Furlan & Silva, 2022).

Silva (2012) demarca que a Psicologia Política concebe as Políticas Públicas a partir de um olhar que supere exclusivamente os momentos de sua formulação, implementação/execução e avaliação, geralmente centralizados pelo Poder Público e agentes do Estado. A Psicologia Política, na leitura das Políticas Públicas, reconhece como efetivo

cada um dos atores implicados em todo o processo de incubação do problema público, ou seja, parte-se do princípio de que toda sociedade civil confere papel determinante no processo de produção das Políticas Públicas, na medida em que os reconhecemos como atores políticos estratégicos na construção da agenda pública e das políticas que dela derivam. Significa, como afirma Lellis (2006), que

El análisis de políticas públicas representa una vía de singular importancia para reflexionar sobre la dinámica del poder e la participación que adoptan distintos grupos sociales. Resulta asimismo adecuado para aproximarse al conocimiento del Estado, en lo que hace al grado en que asume sus responsabilidades ético-políticas, ya que en los objetivos y cursos de acción de las políticas públicas se condensan y expresan sus relaciones con la sociedad (Lellis, 2006, p. 126).

Na mesma perspectiva, para Souza (2015), a Psicologia Política pode ter um papel analítico e de intervenção das Políticas Públicas para sua construção e afirmação (legitimação) e de negação (antagonismo), na medida em que pode criar um campo de tensão para planejar estratégias que contribuam para o movimento histórico na dimensão humano-genérica como demarca Heller (2008), bem como pode servir a instituições no contexto de processos regulatórios.

É neste contexto, como destaca Silva (2012), que as Políticas Públicas surgem como campo psicopolítico: exatamente quando os atores sociais entram em conflito. A Psicologia Política se interessa em compreender como os comportamentos políticos desses diversos atores conduzem (ou não) à ação coletiva e, ao mesmo tempo, como interfere e possibilita a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, na medida em

que as “políticas públicas são resultantes da ação de sujeitos com o intuito de possibilitar o ordenamento cotidiano das relações humanas” (Silva, 2012, p. 229).

Pensar as Políticas Públicas a partir da perspectiva da Psicologia Política significa considerá-la como uma práxis humana. Significa reconhecer que, além de oferecer um corpo técnico-teórico, ela comporta uma teleologia que se constitui por duplo *télos*: um crítico e um político, uma vez que se pretende um conhecimento crítico da política, da cultura e da sociedade e busca apontar os horizontes para a emancipação humana; assim, coloca como possível a inteligibilidade da política pública como práxis para a libertação.

Deste modo, localizar o lugar das Políticas Públicas no interior da Psicologia Política trata-se de introduzir no campo das nossas cogitações uma discussão histórica, sociológica, politológica e filosófica acerca dos modelos de democracia e de como a Psicologia Política toma partido em relação aos problemas da contemporaneidade. Trata-se de indagar-se sobre “que forma de democracia vivemos e que democracia queremos?”; de problematizar as relações dos atores sociais e os conflitos entre Sociedade Civil e Estado. Diz respeito às posições políticas que sua sistematização teórica ocupa no contexto da democracia contemporânea diante dos desafios que dela emanam; trata de seu posicionamento diante dos problemas e crises vividas pelas democracias de seu tempo, bem como avançar na difícil tarefa de democratizar o modelo hegemônico de democracia neoliberal, e, no contexto latino-americano, também colonial.

Com o avanço da agenda neoliberal e colonial no cenário latino-americano, o tema das Políticas Públicas representa hoje um de seus impasses mais críticos vivenciados por suas democracias – que parecem frágeis diante do monstro de quatro cabeças e duas pernas, como destaca Quijano (2000). A Psicologia Política, ao conceber a Política Pública como uma práxis libertadora, pode ela própria constituir uma concepção de democracia intrinsecamente vinculada à vida política fragmentada pela íntima relação das democracias modernas com os

estados totalitários. Como bem assinalou Martín-Baró (1991), é nestes termos que o *quefazer* da Psicologia Política se funda e concretiza a partir de uma ética que é parte indissociável da vida política. Resulta, neste sentido, da possibilidade de a Psicologia Política contribuir para democratizar as Políticas Públicas.

Matrizes epistêmicas da Psicologia Política na leitura das Políticas Públicas

Como demarca Parisí (2008), ao longo da história da Psicologia Política é possível localizar distintas definições e bases teóricas que foram consolidando suas fundamentações epistemológicas, desde uma hermenêutica particular na forma de realizar análises conjunturais que pudessem colaborar para o conhecimento e a crítica da realidade, articulando as disciplinas da psicologia e da política, para posteriormente incorporar à análise as produções da economia, sociologia, antropologia, história, filosofia, dentre outras.

Parisí (2003) destaca, neste percurso, que a emergência da Psicologia Política Latino-Americana como campo de conhecimento, análise, reflexão e compromisso com a realidade particular de seu continente, determinou os contornos da especificidade de suas causas epistemológicas que, por conseguinte, resultaram em seus fundamentos epistêmicos, uma vez dos problemas particulares da realidade da América Latina - desde a colonização - irrigada de pobreza, dependência, de fatalismo, exploração etc. Tais causas configuraram a fermentação própria de seus espaços particulares de pensamento, desde a vida cotidiana, do particular e do geral de nossa América Latina (Parisí, 2003). É dizer, nestes termos, que as causas epistemológicas dos fundamentos epistêmicos da Psicologia Política Latino-Americana possuem suas bases (e emergem) nas próprias causas dos problemas de sua realidade particular e geral; isto é, seus fundamentos epistemológicos têm por base sua própria realidade como ponto de partida.

Rodriguez Kauth (1992) enfatiza que tal movimento foi possível pela superação dialética do campo próprio da Psicologia Política pela perspectiva latino-americana, em que se fez necessário duas condições, a saber:

(...) a) atravesar los límites de la interpretación de hechos o datos puntuales acotados a una inmediatez circunstancial, en donde se prestigiaba el rigor metodológico (la matematización), para dar espacio a una explicación abarcativa e integral del fenómeno estudiado; y b) asumir un compromiso reflexivo y práctico con la realidad política que se está viviendo, el que los siente como suyos, le duelen, los sufre. Esto se logra cuando se toma conciencia de la situación afligente que atraviesan nuestros pueblos y – consecuentemente - se resuelve poner el conocimiento y la praxis psicológica al servicio de causas políticas o movimientistas (Rodriguez Kauth, 1992, p. 25).

Isso, conforme Parisí (2003), fez parte de um dos maiores processos de ruptura epistemológica do discurso científico de natureza normativa que ocorreu no último quartel do século XX., que resultou da fratura do conceito de Verdade diretamente relacionado à Razão, que advém do aparecimento de vários paradigmas explicativos cuja pretensão é holística.

Acompanhando tal fio, noutra oportunidade, destacamos que a Psicologia Política Latino-Americana se constitui como episteme do sul e periférica (Furlan & Parisí, 2021), na medida em que ela emerge das lutas sociais das classes populares, pela incorporação dos conhecimentos nascidos e ancorados na luta contra os mecanismos de poder (opressão, dominação e exclusão) e na experiência de resistência de todos os grupos sociais que sofreram sistematicamente as injustiças, opressões e destruições causadas pelo capitalismo,

colonialismo e patriarcado. Suas epistemologias, nestes termos, estão relacionadas ao conhecimento que emerge das lutas sociais e políticas e não estão separados dessas lutas.

Seu enfoque é, portanto, o conhecimento "inexistente", considerado como tal porque não são produzidos de acordo com metodologias aceitas ou mesmo inteligíveis ou porque são produzidos por sujeitos "ausentes", sujeitos considerados incapazes de produzir conhecimento válido devido a sua condição ou natureza subumana a que estão submetidos (Furlan & Parisí, 2021).

Isto implica reconhecer que a construção epistêmica da Psicologia Política Latino-Americana se forja a partir dos saberes e das lutas das classes populares, dos grupos marginalizados, dos povos oprimidos e silenciados, que foram radicalmente excluídos dos modos dominantes de conhecimento. Serão as epistemologias dos saberes populares suas respectivas fundamentações epistemológicas a partir das experiências reais das classes populares e das quais derivam sua crítica imanente da sociedade e da política.

Conforme Parisí (2003), o discurso que a Psicologia Política Latino-Americana propõe se articula como uma ferramenta conceitual que dá um sentido geral e transcendente aos fatos políticos, econômicos e sociais que ocorrem na América Latina, uma vez que as metamorfoses históricas e a contextualização dos fatos constituem-se como solo de suas análises e construtos.

Nestes termos, numa leitura sistemática das epistemologias que fundamentaram a emergência da Psicologia Política Latino-Americana, Parisí (2003; 2008) localiza e sistematiza diferentes perspectivas: a perspectiva psicossocial ou psicossociológica, com duas

vertentes: uma cognitiva e outra comportamental; a perspectiva psicanalítica; a perspectiva discursiva, com duas tendências: uma pragmática e outra teórica; e a perspectiva estrutural-funcional. As quais se manifestam por meio de vários modelos: modelo crítico-libertário; modelo psicopolítico da psicologia coletiva; modelo retórico-discursivo; modelo psico-histórico; modelo racionalista e modelo marxista.

A sistematização das perspectivas epistemológicas da Psicologia Política Latino-Americana realizada por Parisí permiti-nos localizar as matrizes epistêmicas que serviram de fundamento para a leitura dos problemas da Políticas Públicas em seu interior, na medida em que este tema foi tornando-se preocupação cada vez mais presente em seu campo. O autor destaca, por outro lado, o caráter aberto da incorporação de novas perspectivas epistêmicas em seu corpo teórico, uma vez que, como vimos apresentando, seus fundamentos e construtos epistemológicos emergem da leitura das lutas sociais e dos saberes populares; tal caráter aberto resultou em novos contornos na interpretação particular dos fatos da realidade político-social latino-americana no tema das Políticas Públicas e na integração de outros *corpus* epistêmicos. Na leitura de tal movimento, podemos oferecer agora algumas principais epistememes que tem sido recuperada na interface com as Políticas Públicas.

Novas matrizes epistêmicas na leitura das Políticas Públicas

A proposição da Psicologia Latino-Americana, que emerge nos anos 1970 na AL, acompanha a guinada latino-americana que se produziu a partir dos embates da teologia e filosofia da libertação, os embates sobre modernidade e pós-modernidade dos anos 80, as discussões sobre hibridismo na antropologia, comunicação e estudos culturais, da teoria da dependência, bem como do giro decolonial; estes estudos resultaram do movimento de

inclusão dos conhecimentos produzidos pelas classes subalternizadas, exploradas e oprimidas (Furlan e Parisí, 2021).

Assim como, nos últimos tempos, a Psicologia Latino-Americana tem incorporado as discussões dos estudos feministas e de gênero, dos estudos decoloniais, pós-coloniais e interseccionais e da teoria da dependência, cujo horizonte é buscar colaborar com as lutas sociais dos povos indígenas, do movimento negro, do movimento LGBTQIAP+, do movimento feminista, da população de rua, das comunidades periféricas e favelas, das associações de bairro, da luta antimanicomial, dos movimentos sindicais, das populações marginalizadas e classes subalternas, dentre outras.

O movimento de incorporação das epistemologias feministas e de gênero, dos estudos decoloniais e pós-coloniais, da teoria da interseccionalidade e da teoria da dependência no interior da Psicologia Política Latino-Americana na leitura das Políticas Públicas data dos anos 1990; por outro lado, sua recuperação sistemática reflete a entrada no último século e com maior esforço na última década deste século, cujo movimento pode ser identificado nos temas e corpo dos trabalhos em Psicologia Política de suas produções, livros, anais e temas de seus congressos e encontros, temas e problemas de pesquisas em todos os níveis.

Tal movimento de incorporação de novas epistemologias, uma vez da preocupação pela construção de suas matrizes epistêmicas que emergem da realidade vivida por seus povos, resulta da percepção dos movimentos sociais e das classes populares de outros eixos de opressão, dominação e exploração, que interseccionam diferentes marcadores sociais como classe, raça e etnia, gênero e sexualidade, idade, cultura, nação, cujos problemas tem sido sistematicamente teorizadas pelas epistemologias feministas e de gênero e pela teoria da interseccionalidade, ao mesmo tempo que a intersecção desses marcadores, no contexto latino-americano, possui seus correspondentes no interior dos problemas da colonialidade

moderna que segue em marcha alinhados aos problemas da dependência das relações assimétricas entre centro-periferia na subsistência do capitalismo global, cujas teoria da decolonialidade e teoria da dependência do capitalismo dedicaram exaustiva teorização.

É evidente que outras matrizes epistêmicas também têm sido incorporadas no interior do corpo teórico da Psicologia Política Latino-Americana, bem como as matrizes sistematizadas por Parisí, como anunciamos, mantém-se ainda como predominante em seus fundamentos. A incorporação das epistemologias feministas e de gênero, da teoria da interseccionalidade, da teoria decolonial e pós-colonial e teoria da dependência do capitalismo na leitura dos problemas das Políticas Públicas, tem se tornado evidente nessa quimera a considerar que o movimento de incubação do problema público na construção das Políticas Públicas parte da leitura das mobilizações dos atores políticos da Sociedade Civil no diálogo em direção ao Estado, cujas pautas centrais nos últimos anos tem sido teorizadas por tais epistemologias.

Nestes termos, a incorporação de tais epistemes visa à inclusão dos saberes de diversos grupos que estão em condições de invisibilidade política e sob violências sociais: imigrantes, camponeses, moradores de periferia, pobres, negros, mulheres, indígenas, LGBTQIAP+, entre outros marginalizados. Como demarca Dussel (2016), trata-se da inclusão da cultura popular dos oprimidos do sistema estatal, como seu folclore, música, comida, roupas, festivais; trata-se do interesse da Psicologia Política Latino-Americana em “recuperar o axioma da cultura e do saber popular que mantém a memória de seus povos e ancestrais, seus feitos emancipatórios, as organizações sociais e políticas e suas fissuras culturais internas que crescem graças à mesma revolução cultural” (Furlan & Parisí, 2021, 37). Assim, resulta

(...) de uma Psicologia que busca pensar as peculiaridades de sua própria realidade, a partir da construção de sua própria episteme e de modo autônomo, trazendo para seu seio,

enquanto interesse primeiro, o saber popular, das periferias, das comunidades, dos grupos, dos movimentos sociais, das associações de bairros, das vidas subalternizadas, das classes populares, das periferias, daquilo que se produz na vida, para a vida e para o bem viver” (Furlan & Parisí, 2021, p. 36).

Conforme Galeão-Silva (2017), caracteriza-se de um posicionamento político e social em relação ao centro detentor do capital, do conhecimento e do poder, da constituição de identidades sociais de grupos que resistem e criam novas formas de expressão, memória e organização social.

O interesse teórico e epistemológico de articular gênero e sexo, raça e etnia, classe, cultura, saber popular e ancestralidade, na relação com os problemas do capitalismo dependente no interior da colonização moderna, conforma-se como uma orientação política e epistêmica na Psicologia Latino-Americana, na medida em que tratam de conhecimentos nascidos na luta contra os mecanismos de poder (opressão, dominação e exclusão), das articulações entre capitalismo, colonialismo e patriarcado. A incorporação de novas matrizes epistêmicas em seu interior tem, por consequência, um redimensionamento na leitura da gramática das lutas sociais e dos problemas políticos na relação com as Políticas Públicas.

Nesta segunda década do século XXI, identifica-se assim um novo giro epistemológico em direção aos problemas interseccionais da colonialidade moderna que subsistem no seio do capitalismo dependente. Este giro culmina da interpretação de outros elementos centrais na leitura das metamorfoses evidentes da realidade social ao adentrar o novo século, cujos marcadores tornaram-se pauta cada vez mais presente das mobilizações sociais da Sociedade Civil no contexto das Políticas Públicas na relação com o Estado.



Se, nos anos de 1970, a virada epistemológica da Psicologia Política Latino-Americana consolidou-se pela apropriação das matrizes epistêmicas como destacadas por Parisí, ao adentrar o novo século identifica-se um novo giro epistemológico ao incorporar as epistemologias feministas e de gênero, interseccional, decolonial, pós-colonial, periférica, marginal, africana, latina, Tupi, indígena, ameríndia, negra, dentre outras.

Isto implica que na crítica imanente dos problemas políticos das Políticas Públicas, ela busca incorporar as demandas e pautas expressas pelas mobilizações sociais ao mesmo tempo em que busca manter a metodologia crítica que aponte os possíveis elementos de superação dessa realidade, na medida em que seus fundamentos pretendem apresentar teorizações que possam ser apropriadas pelas instituições, atores políticos e espaços de organização da vida social.

Destaco que com o que se desenvolve neste texto indicam-se pistas de possíveis leituras das novas matrizes que seguem colaborando com os fundamentos epistêmicos da Psicologia Política Latino-Americana. Uma sistematização da incorporação dessas novas matrizes exigiria trabalho mais exaustivo, o que poderá ocorrer à medida que a preocupação com suas bases epistemológicas continue gerando pesquisas e debates acadêmicos e políticos.

Com certeza várias questões neste exercício de recomposição das novas matrizes epistemológicas da Psicologia Política Latino-Americana na interface com as Políticas Públicas permanecem em aberto. Menos do que um fechamento das ideias propostas, penso que as problemáticas apresentadas remetem mais a novas indagações. Os desenvolvimentos neste trabalho são muito mais indicações de estratégias de questionamentos do que conclusões.

Bibliografia

Dussel, E. (2016). Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Sociedade e Estado*, 31(1), 51-73. Recuperado em <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00051.pdf>

Furlan, V. & Parisí, E. R. (2021). Psicología Latinoamericana como Epistemología del Sur y Periférica. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 19(46), 28-39.

Furlan, V., Oliveira, P. R. S. & Lima, A. F. (2022). *Psicologia Política e Políticas Públicas*. Curitiba: Editora CRV.

Furlan, V. & Silva, A. S. (2022). *Das Políticas de Reconhecimento às Políticas Públicas: um debate na Psicologia Política*. In Furlan, V.; Oliveira, P. R. S. & Lima, A. F. *Psicologia Política e Políticas Públicas*. Curitiba: Editora CRV.

Galeão-Silva, L. G. (2017). Psicologia social crítica na periferia do capitalismo: a elaboração do sofrimento social e a luta por reconhecimento recíproco nas periferias. In: N. Silva Jr. & W. Zangari. (Org.). *A psicologia social e a questão do hífen* (91-100). São Paulo, SP: Blucher.

Godoy-Flores, I. O. (2017). Dos Movimentos Sociais às Políticas Públicas: contribuições da Psicologia Política. *Gestão e Políticas Públicas*. 7(2), 195-201.

Heller, A. (2008). *O Cotidiano e a História*. 8 ed. São Paulo, SP: Paz e Terra.

Hur, D. U.; Sandoval, S. & Dantas, B. A. (2014). Psicologia Política: teorias e sociedade em transformação. In Hur, D. U.; Sandoval, S. & Dantas, B. A. *Psicologia Política: temas atuais de investigação*. Campinas: Alínea.

Lara, M. F. A., Aragusuku, H. A. e Costa, J. F. (2020). A. Psicologia Política e Políticas Públicas no Contexto Latino-Americano: definições, histórico e perspectivas. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 9(2), 57-80.

Lellis, M. (2006). Psicología Comunitaria em el ciclo de las políticas públicas. In Lellis, M. e Cols. *Psicología y Políticas Públicas de salud*. BuenosAires: Paidós.

Martín-Baró, I. (1991). El Método en Psicología Política. In Montero, M. *Acción y discurso: Problemas de Psicología Política en América Latina*. Caracas: Eduven.

Montero, M. & Martín-Baró, I. (1987). Presentación. In Montero, M. (Coord.). *Psicología Política Latinoamericana*, Caracas: Panapo.

París, E. R. *Lecturas psicopolíticas de los derechos humanos en Latinoamérica*. Santa Fe: El Cid Editor, 2003.

París, E. R. (2008). Definiendo a la psicología política. *Boletín (Soc. Psicol. Urug)*, 46, 20-38. Recuperado em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bpsu/n46/n46a05.pdf>

Quijano, A. (2000). “Colonialidad del poder y clasificación social”. *Journal of world-systems research*, 11(2), 342-386.

Rodriguez Kauth, A. (1992). *Psicología Social, Psicología Política y Derechos Humanos*. San Luis: Editorial Universitaria.

Silva, A. S. (2012). *Psicologia Política, Políticas Públicas e Movimentos Sociais*. Tese de Livre-Docência: Universidade de São Paulo.

Silva, A. S. (2016). Tarde, Sighele, Pareto, Mosca, Michels e Ortega y Gasset e a Psicologia Política nascente: Notas historiográficas de um campo interdisciplinar. In Magaña, I., Dorna, A., & Torres, I. (Orgs.). *Contribuciones a la Psicología Política en América Latina: Contextos y escenarios actuales*. Santiago: RIL.

Silva, A. S. (2017). Notas para uma História da Ciência da Psicologia. Política. *Revista Brasileira de História da Ciência*, 10(1). 108-128. Recuperado em <https://doi.org/10.53727/rbhc.v10i1.89>

Souza, T. R. P. (2015). Políticas públicas no enfoque da psicologia política. In Silva, A. S. e Côrrea, F. *No interstício das disciplinaridades: a psicologia política*. Curitiba, PR: Prismas.